



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO DOIS DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do Professor Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Rosa Tomás e Beatriz Rocha, para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -

----- Ponto um - Cooptação dos representantes da Comunidade Local;-----

----- Ponto dois - Elaboração e eventual aprovação do Regimento Interno;-----

----- Ponto três - Análise e possível aprovação do Plano Anual de Atividades;-----

----- Ponto quatro - Ponderação das Linhas Orientadoras do Orçamento.-----

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. A ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções (por não terem estado presentes).-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (consoante exige o Regimento Interno).-----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos elementos presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à ordem de trabalhos, como prevê o Regimento — não houve propostas.-----

----- De acordo com o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral deu a conhecer aos Conselheiros presentes o teor do ofício, enviado em dez de fevereiro de dois mil e doze, às entidades locais mais votadas: IEPF - Instituto do Emprego e Formação Profissional de Águeda; CPCJA - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Anadia e ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada.-----

----- Relativamente a este assunto, o Presidente do Conselho Geral informou que, tanto a CPCJA - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Anadia, como a ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada, aceitaram de imediato nomear um membro para integrar este Conselho Geral. No entanto, em virtude do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Águeda não ter respondido afirmativamente, por se encontrar impossibilitado de aceitar, teve de ser reenviado, em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, um ofício à entidade mais votada (depois das já cooptadas), nomeadamente a AHBVA - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia, que aceitou fazer parte deste Conselho Geral.-----

----- O Presidente do Conselho Geral informou os presentes que após a aceitação por parte dos representantes das três entidades locais cooptadas, AHBVA - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia, ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada e CPCJA - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Anadia, se encontrava o Conselho Geral completamente constituído.-----

----- Em função do Decreto-lei 75/2008, de 22 de Abril, no artigo 13º, ponto 4 - “O Conselho Geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da atividade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada entre as suas reuniões ordinárias; e ponto 5 – A comissão permanente constitui-se como uma fração do Conselho Geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.”, o Presidente do Conselho Geral colocou à consideração dos Conselheiros se entendiam ser de constituir de imediato essa comissão permanente ou se só seria criada em função das necessidades de acompanhamento das atividades do Agrupamento. Os presentes decidiram que fosse criada apenas quando se justificasse.-----

----- Relativamente ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, procedeu-se a uma cuidada análise ao Regimento Interno, fazendo-se as alterações consideradas pertinentes e oportunas (sendo, todas elas, com o consenso deste Conselho) em vários artigos, a saber:-----

----- Em todos os artigos do Regimento do Conselho Geral onde se lê “Conselho Geral Transitório” deve ler-se “Conselho Geral”; onde se lê “Presidente do Conselho Geral Transitório” deve ler-se “Presidente do Conselho Geral” e onde se lê “Presidente da Comissão Administrativa Provisória” deve ler-se “Diretor”.----

-----Art.º 3º. Competências do Conselho Geral Transitório - onde se lê “Competências do Conselho Geral Transitório” (Artigo 61º, do Decreto-Lei nº. 75/2008, de 22 de Abril) deve ler-se “Competências do Conselho Geral”. (Artigo 13º, do Decreto-Lei nº. 75/2008, de 22 de Abril). Este artigo passa a ter um ponto único, com a seguinte redação: ponto 1 - “O Conselho Geral assume todas as competências previstas no art.º 13º, do citado decreto-lei.”-----

-----Art.º. 5º. Reuniões e Convocações - no ponto 6, onde se lê “...desde que obtenha parecer favorável nesse sentido, de dois terços dos conselheiros...”, deve ler-se “...desde que obtenha parecer favorável nesse sentido, de maioria absoluta dos conselheiros...”-----

-----Art.º. 7º. Deliberações - no ponto 2 onde se lê “O Presidente da Comissão Administrativa Provisória participa nas reuniões sem direito a voto, deve ler-se “O Diretor participa nas reuniões sem direito a voto”.-----

-----Art.º. 9º. Atas - Foi acrescentado um ponto a este artigo com a seguinte redação: ponto 3 - “As sessões serão gravadas (esta gravação será destruída após a aprovação de cada ata).” Neste artigo passaram a constar cinco pontos. A redação do ponto 3 passou para o ponto 4 e a do ponto 4 passou a ser o ponto 5.-----

-----Art.º. 12º. Disposições finais - o ponto 2 passou a ter a seguinte redação: “O Regimento pode ser revisto sempre que tal seja proposto pela maioria absoluta dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções”. O ponto 3 também alterou e passou a ter a seguinte redação: “As propostas de alteração apenas são aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções.”-----

----- Terminados os trabalhos de análise e reformulação de alguns pontos do Regimento Interno, o Presidente do Conselho Geral propôs a votação do mesmo, tendo sido aprovado por unanimidade em vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze.-----

----- Passando ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou que era de considerar aberta a discussão e análise ao Plano Anual de Atividades. -----

----- O Diretor apresentou aos elementos presentes o Plano Anual de Atividades para que fosse analisado, o que mereceu a apreciação por parte dos mesmos. Aproveitou ainda para informar que os alunos, representados pelos seus Delegados de Turma, se propuseram reunir, no sentido de o enriquecer com novas atividades. Convém referir que, apesar de aprovado, o Plano Anual de Atividades é um

documento sempre aberto a eventuais sugestões e propostas, de modo a permitir integrar mais atividades ao longo do ano, desde que devidamente planificadas pelos seus proponentes e que terão que ser apresentadas em Conselho Pedagógico.-----

----- O professor Artur Melo, ainda sobre este assunto, informou que em termos de conteúdo não encontrou nada de criticável, mas sugeriu e colocou à consideração de todos a necessidade de acrescentar uma folha de rosto e um texto introdutório ao documento, no sentido de facilitar a sua leitura.-----

----- O professor Paulo Carvalho referiu a dificuldade que sentem em apresentar e concentrar todas as propostas das Escolas do 1º.Ciclo, bem como o facto de terem de restringir as atividades única e exclusivamente a épocas específicas (Natal, Carnaval, Páscoa). Ou seja, ele acha que o Plano Anual de Atividades nunca ilustra a realidade propriamente dita, pois uns ficam privilegiados em detrimento de outros pelo facto de alguns departamentos apresentarem um leque maior de propostas. A sua sugestão vai no sentido de, para além das propostas consideradas no Plano Anual de Atividades, haver a possibilidade de dar ainda alguma autonomia às escolas para a realização de pequenas atividades, independentemente de estarem ou não previstas. Defende que deveria ser previamente apresentada uma estrutura que seria preenchida por cada escola. Acrescentaria rigor e talvez mais coerência no documento final - Plano Anual de Atividades. -----

----- Após as devidas considerações ao Plano Anual de Atividades e com as ressalvas do professor Artur Melo e do professor Paulo Carvalho, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação. Foi aprovado por unanimidade.-----

-----O Presidente do Conselho Geral deu continuidade à reunião passando ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos - Ponderação das Linhas Orientadoras do Orçamento. Informou os Conselheiros sobre os princípios adotados de acordo com o artigo 13º., alínea h) *“Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento”*; conjugado com o Artigo 20.º, alínea b: *Diz que o Diretor deve “Elaborar o projeto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral”*; -----

-----Neste contexto o Presidente do Conselho Geral disse que reuniu com o Diretor para discutirem os princípios, em termos gerais, que regem as linhas orientadoras do Orçamento e que para ambos foi consensual; no entanto deixa a questão ao Conselho Geral, no sentido de analisar e avaliar as mesmas. Acrescentou que estão em causa alguns princípios que poderão funcionar como linhas orientadoras (se concordarem que assim seja) e, à semelhança do que já foi feito, algumas delas são meramente instrumentais e outras são mais objetivas.-----

-----A primeira seria: o princípio do primado da dimensão pedagógica - na elaboração da execução do orçamento devem prevalecer as opções de natureza pedagógica em detrimento das administrativas; em segundo: o princípio da transparência - todas as informações deste documento final do orçamento devem estar disponíveis a todos os elementos da comunidade educativa; em terceiro: o princípio da legalidade - a elaboração e a execução do orçamento devem atender à legislação em vigor à data; em quarto: princípio da atuação - a elaboração do orçamento deve ter em consideração as necessidades financeiras consignadas no Plano Anual de Atividades; em quinto: princípio da utilidade - o orçamento deve dimensionar as verbas do Orçamento Geral do Estado aplicadas à escola numa perspetiva objetiva e real; em sexto: princípio da integralidade - a elaboração do orçamento deve integrar todas as receitas e despesas independentemente da sua proveniência - natureza e origem; em sétimo: princípio da clareza - o presente orçamento deve ser elaborado de forma a que, em qualquer momento, possa ser facilmente detetado e compreendido algum desvio que eventualmente aconteça; em oitavo: princípio da

proporcionalidade/equidade - aquando da elaboração do orçamento a afetação dos meios orçamentais das atividades e serviços deve ter em linha de conta a dimensão e a complexidade, o número de participantes e/ou destinatários dessas mesmas entidades e serviços; em nono: princípio da prioridade - na elaboração do orçamento a prioridade será para a afetação dos recursos orçamentais às despesas obrigatórias, seguindo-se as despesas ordenadas pela sua pertinência e impacto positivo no alcance dos objetivos definidos em sede própria; em décimo: princípio da responsabilidade/participação - a presente preparação do orçamento deve envolver os vários intervenientes nos seus diversos contributos com responsabilidade para o efeito, mormente na projeção das receitas/despesas.-----

-----Relativamente a este assunto, e depois de enumerar todos os princípios, em termos gerais, o Presidente do Conselho Geral perguntou aos Conselheiros se pretendiam pronunciar-se sobre isto. Todos concordaram com o exposto. -----

-----O Presidente do Conselho Geral lembrou, no que respeita às medidas mais objetivas: “estamos na expectativa de uma escola nova; não obstante temos esta, que é a que existe neste momento e, portanto, há algumas coisas que convém serem feitas”. A este respeito, salientou algumas medidas concretas específicas, nomeadamente melhorar salas de aulas, portas, janelas. No anfiteatro, a necessidade de colocar cortinados para eliminar a luminosidade que perturba as atividades que lá se desenvolvem. Para a biblioteca, disponibilizar verbas para adquirir algum material didático.-----

-----A Direção deverá ter a preocupação de financiar alunos carenciados para algumas visitas de estudo, criar um fundo de manuais escolares para consulta, verbas para a atribuição de atividades de qualidade, palestras, visitas e outras. Também, relativamente a estas medidas, o Conselho Geral se pronunciou favoravelmente. -----

-----O Diretor acrescentou que, relativamente à construção da nova escola, a proposta neste momento é para que aquela seja suspensa, pelo menos no ano dois mil e doze, porque a Parque Escolar, do orçamento que tinha para dois mil e doze, o Ministério da Educação disse-lhes que não podiam gastar, mas sim teriam de poupar cento e dez milhões de euros. Perante este quadro eles fizeram uma avaliação das obras, que estavam em execução, e a prioridade foi em função das necessidades dos alunos. Foi decidido que quem tinha duas empreitadas, reduzisse para uma. O empreiteiro da nossa obra tinha também a da escola da Gafanha. Neste contexto, a construção da escola da Gafanha foi considerada prioritária relativamente à nossa, pelo simples fato de que, como a nossa está a ser feita de raiz, e como ainda não estamos lá, não ficam os alunos tão lesados quanto os da Gafanha, em que a escola está a ser reestruturada e, como tal, está a causar um incómodo direto aos alunos.-----

-----A preocupação é que este espaço de tempo, que decorre até final do ano, seja dilatado, apesar de se estarem a mover algumas influências, no sentido de, na pior das hipóteses, em dois mil e treze a obra recomece. -----

-----A representante dos Pais, Ana Paula Gama, partilhou aqui o facto de ter ficado incomodada, porque *ao entrar numa sala de aula, para uma reunião, se deparou com palavrões do pior que se pode imaginar e desenhos nas paredes da mesma. Acrescentou que nunca tinha visto nada assim e achava que, apesar de não haver dinheiro para pintar, se devia fazer uma campanha qualquer no sentido de, no mínimo, se tapar aquilo, pois entende ser inadmissível um aluno entrar numa sala com aquele aspeto.*----

-----Ainda sobre este assunto, foi proposto aos representantes dos alunos no Conselho Geral a sua ajuda, no sentido de sensibilizar os colegas para unirem esforços com o objetivo de preservar a Escola. ----

----- O Presidente do Conselho Geral concluiu que as Linhas Orientadoras do Orçamento foram analisadas, debatidas e aceites com o consenso de todos os Conselheiros.-----

----- Relativamente à Ordem de Trabalhos, ela foi exaurida com a ponderação das Linhas Orientadoras do Orçamento. -----

----- O Presidente do Conselho Geral questionou os Conselheiros se pretendiam ainda colocar alguma questão que entendessem ser pertinente. -----

----- A representante dos Pais, Helena Ferreira, pronunciou-se relativamente à cantina da Escola Básica número dois de Anadia, afirmando que ultimamente tem havido muitas queixas em relação à alimentação. Disse que a comida tem vindo a piorar de dia para dia e por isso questionou se a empresa que fornece a cantina é a mesma ou se mudou. O professor Pedro Vale respondeu que não tinha recebido nenhuma queixa a este respeito (nos dias em que lá está) e que por isso não tinha conhecimento de nenhuma alteração.-----

----- O Diretor questionou ainda a representante dos Pais, Helena Ferreira, no sentido de saber se as queixas tinham a ver com a ementa, com a confeção ou com os alimentos propriamente ditos. Ela respondeu que era com a sua confeção: as batatas cruas, o arroz também e a carne intragável. -----

----- A representante dos Pais, Ana Paula Gama, sobre este assunto, propôs que se perguntasse aos alunos, por intermédio dos professores, nas turmas, com o objetivo de apurar se realmente era opinião geral ou se as queixas eram únicas e exclusivamente comuns a algumas crianças. -----

----- A representante do Pessoal Não Docente, Maria Amália Meneses, confirmou que a empresa tinha mudado, mas que a confeção era a mesma, pois a cozinheira e as ajudantes se mantiveram. Acrescentou, ainda, que os produtos confecionados podem ter sido alterados, principalmente o arroz já não é o mesmo e a sua qualidade também não. Em relação às batatas não tem conhecimento.-----

----- O professor Pedro Vale informou que tem verificado que os alunos do 5º e 6º anos não se sabem comportar na cantina e por isso pedia que passassem a mensagem aos Encarregados de Educação, no sentido de alertarem os seus educandos em relação a “saber estar” porque, de facto, a educação começa em casa. -----

----- A Representante dos Pais, Helena Ferreira, comprometeu-se a fazer esse alerta na próxima reunião de Pais, mas acrescentou que provavelmente uma única funcionária também não será o suficiente para tantos alunos.-----

----- A representante dos Pais, Madalena Flores, pediu que os pais fossem informados, pelos Diretores de Turma, nomeadamente aquando da entrega das avaliações, das situações que ocorrem na cantina, tanto a nível de comportamento como de absentismo dos alunos. Acrescentou que para eles (Representantes de Pais) se torna muito difícil passar esta mensagem porque, apesar de convocados, os Pais/Encarregados de Educação que comparecem às reuniões são uma minoria.-----

----- O Presidente do Conselho Geral concluiu que, relativamente à cantina, por um lado fica a ideia de que a qualidade da comida tem de ser revista, no sentido de a melhorar e, por outro lado, o comportamento dos alunos deve ser modificado no interesse global da comunidade. -----

----- O Presidente do Conselho Geral questionou os presentes, no que concerne à próxima reunião, se poderia incluir na Ordem de Trabalhos, os seguintes assuntos: Verificar a atualidade do Projeto Educativo (D.L. 75/2008, artigo 13º, alínea c); Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar (D.L. 75/2008, artigo 13º, alínea i); Aprovar o Relatório e Contas de Gerência (D.L. 75/2008, artigo 13º, alínea j). A proposta foi aceite por unanimidade.-----

----- A próxima reunião ficou agendada para o dia dezoito de abril de dois mil e doze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

---

(Aníbal Marques)

A Secretária

---

(Clara Mira)